

Biocombustíveis não são ‘o petróleo do Brasil’¹

Jean-Paul Prates²

Nos últimos anos, consolidou-se no debate público brasileiro uma narrativa que coloca os biocombustíveis, especialmente o etanol e o biodiesel, como equivalentes ao petróleo para países como a Arábia Saudita. A ideia pode parecer sedutora à primeira vista, principalmente pela ênfase no potencial produtivo do Brasil e na transição energética global. No entanto, trata-se de uma analogia exagerada e imprecisa, que ignora escalas e contextos diversos, e que pode induzir a erros estratégicos e comprometer metas socioambientais e de mobilidade sustentável.

Na Arábia Saudita, o petróleo representa cerca de 70% das exportações e mais de 40% do PIB, sustentando grande parte da receita pública e da influência geopolítica do país no mercado global de energia. O controle sobre suas reservas e sua posição estratégica na OPEP conferem ao país um poder de barganha que ultrapassa os limites da economia e alcança a diplomacia internacional.

No Brasil, embora sejamos líderes globais na produção de etanol (de cana e de milho) e de biodiesel (de soja, sebo bovino e outras fontes), os biocombustíveis não têm peso econômico ou geopolítico comparável. A produção é em grande parte voltada ao consumo doméstico e, apesar dos avanços em certificação e sustentabilidade, o impacto internacional da nossa política de biocombustíveis permanece limitado.

Diferentemente do petróleo saudita, extraído em regiões desérticas e com baixa competição por uso da terra, os biocombustíveis brasileiros dependem de áreas agricultáveis - muitas vezes situadas próximas ou sobre áreas sensíveis do ponto de vista ambiental, como o Cerrado e a Amazônia. A expansão descontrolada da fronteira agrícola para atender à demanda crescente por biocombustíveis pode não apenas intensificar a especulação fundiária e a concentração de terras como deslocar culturas alimentares pressionando os preços de alimentos básicos, além de aumentar o risco de desmatamento, grilagem e a queima de áreas naturais e comprometer compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e em suas metas de descarbonização.

Não se trata de demonizar os biocombustíveis, que são parte relevante da estratégia brasileira de transição energética e têm méritos importantes na redução de emissões em setores específicos, como o transporte pesado e a aviação. Contudo, é necessário reconhecer que não são uma solução neutra: envolvem trade-offs importantes entre energia, alimentação e meio ambiente.

A afirmação, repetida com frequência, de que o Brasil pode expandir indefinidamente a produção de biocombustíveis sem afetar a segurança alimentar ou provocar inflação,

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaocolumna/biocombustiveis-nao-sao-o-petroleo-do-brasil.ghtml>

Acessado em 30.05.2025

² Chairman do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), mestre em Economia da Energia e Gestão Ambiental. Foi presidente da Petrobrás (2023-2024) e senador pelo Rio Grande do Norte (2018-2023).

graças à sua “abundância de terras”, é uma narrativa simplificadora e, em muitos aspectos, enganosa. Embora o país detenha vastas extensões territoriais, as escolhas sobre o uso da terra não são neutras nem isentas de consequências socioambientais e econômicas.

De fato, o Brasil possui uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. No entanto, boa parte dessas terras já está ocupada com pastagens ou culturas comerciais, enquanto outra parte encontra-se sob proteção legal ou apresenta elevada sensibilidade ambiental, como é o caso do Cerrado e da Amazônia. A ideia de que sempre se pode “plantar mais nos mesmos territórios” ignora limites físicos, ambientais e sociais. A expansão da produção para biocombustíveis frequentemente pressiona fronteiras agrícolas, resultando em desmatamento, grilagem e intensificação da concentração fundiária.

O conceito é simples e permanece verdadeiro: ao plantar para queimar, opta-se por não plantar para alimentar. Ainda que existam alternativas tecnológicas, como a intensificação produtiva ou a recuperação de áreas degradadas, a expansão acelerada da produção de biocombustíveis inevitavelmente redireciona recursos que poderiam ser utilizados para fortalecer a segurança alimentar ou acelerar a transição para formas mais limpas e eficientes de mobilidade, como a eletromobilidade.

Outro ponto crítico diz respeito à priorização de políticas de biocombustíveis em detrimento de outras soluções mais limpas e eficientes, como a eletromobilidade urbana. A recente Lei do Combustível do Futuro, ao estabelecer metas progressivas exageradamente aceleradas para misturas obrigatórias de biodiesel e etanol, pode adiar ou desincentivar investimentos em veículos elétricos e infraestrutura de recarga, especialmente em centros urbanos.

Embora os biocombustíveis desempenhem um papel relevante na descarbonização de modais pesados, como transporte rodoviário de carga e aviação (no caso dos SAFs), não devem ser tratados como solução universal nem como substituto integral da eletrificação veicular. Não é correto chamar os biocombustíveis de “combustível do futuro” de forma absoluta. O mais acurado e tecnicamente honesto seria reconhecê-los como combustíveis de transição, importantes no presente e no médio prazo, mas cuja função tende a ser progressivamente reduzida à medida que a eletrificação da economia se consolida.

Dizer que algo é o combustível do futuro implica atribuir-lhe um papel central e duradouro na matriz energética das próximas gerações. As evidências, no entanto, mostram que o mundo caminha, de forma inexorável, para uma economia baseada majoritariamente em eletricidade renovável, complementada por novas tecnologias como o hidrogênio verde. Assim, apresentar os biocombustíveis como a solução final para o setor de transportes e para a descarbonização ignora o movimento global em direção à eletrificação dos transportes, da indústria e até da geração de calor.

Os biocombustíveis são, sim, um patrimônio tecnológico e produtivo do Brasil. Mas equipará-los ao papel do petróleo saudita no contexto global é uma narrativa imprópria, que pode alimentar ilusões sobre nosso verdadeiro potencial estratégico. Os biocombustíveis são parte indispensável da estratégia de descarbonização do presente e do médio prazo, especialmente em setores e regiões com barreiras à eletrificação imediata. Contudo, o futuro energético será predominantemente elétrico. Para o Brasil se posicionar como potência verde, é preciso integrar diferentes soluções energéticas - e não apostar tudo em uma só.

O desafio do país está em equilibrar a produção de energia limpa com a segurança alimentar, a preservação ambiental e a justiça fundiária, reconhecendo os limites do modelo agroenergético vigente e preparando o caminho para uma matriz energética verdadeiramente sustentável e diversificada. Mais do que fixar o olhar no biocombustível como “o combustível do futuro”, precisamos conceber políticas integradas que promovam sua utilização responsável enquanto preparamos a infraestrutura, a indústria e a sociedade para a transição completa rumo à eletrificação da economia.

O verdadeiro combustível do futuro não é uma substância: é um sistema energético renovável, elétrico e eficiente, construído a partir das escolhas que fazemos hoje.